

A NARRATIVA DO PROGRESSO E SEUS ANTAGONISTAS: COMO A IMPRENSA TRADICIONAL BUSCA DESLEGITIMAR O MOVIMENTO #OCUPEESTELITA

Laura Jorge Nogueira Cavalcanti
(UFPE – Doutorado)

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

Laura Jorge Nogueira Cavalcanti é mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras – UFPE. Doutoranda em Linguística na mesma instituição. Integrante do NELFE (Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e da Escrita), da UFPE. Professora efetiva de língua portuguesa da rede estadual de ensino, na Escola Manoel Borba.

RESUMO

Propomos, com este trabalho, uma análise crítica sociocognitiva do discurso da imprensa tradicional local em torno do destino a ser dado à área do cais José Estelita na cidade do Recife (PE). Partimos da compreensão de que o discurso não é mero elemento expressivo ou comunicativo, mas constitutivo das práticas e configurações sociais (FAIRCLOUGH, 2001), que, por sua vez, constituem os discursos. A operacionalização dessa relação é dada através do aspecto sociocognitivo, uma ponte necessária entre discurso e sociedade (VAN DIJK, 2000; 2010; 2012) para explicar como os discursos trabalham na (re)estruturação social. Com base nesses preceitos, buscamos compreender como se dá a construção de saberes sobre o Movimento #Ocupe Estelita e o Projeto Novo Recife (principais grupos sociais envolvidos na questão) a partir de uma investigação, de cunho qualitativo, do discurso jornalístico produzido sobre as ações do Movimento e do Novo Recife. Analisamos notícias e reportagens publicadas nos jornais de maior circulação do Recife, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, entre os anos de 2014 e 2015. Os resultados apontam que os jornais reproduzem o discurso hegemônico neoliberal, construindo uma narrativa que associa o Projeto Novo Recife ao progresso (econômico) e posiciona o #OcupeEstelita como antagonista nesse processo.

ABSTRACT

We propose, with this study, a sociocognitive critical analysis of the discourse produced by the traditional local press about the dispute over the José Estelita pier in Recife (PE). We presuppose an understanding that discourse is not simply an expressive or communicative tool, but constitutes social practices and configurations (FAIRCLOUGH, 2001), which, in turn, constitute discourses. The operationalization of this relation is carried out through the sociocognitive aspect, a necessary bridge between discourse and society (VAN DIJK, 2000; 2010; 2012) in order to explain how discourse operates in social (re)structuring. Based on these principles, we seek to understand how the construction of knowledge about the Movimento #OcupeEstelita and Projeto Novo Recife (main social groups involved in the dispute) occurs, through a qualitative analysis of the journalistic discourse covering the initiatives of the #OcupeEstelita and Novo Recife. We analyze news pieces by the two most prestigious local newspapers: Diário de Pernambuco and Jornal do Commercio, published in 2014 and 2015. Results show that the local press reproduces the hegemonic neoliberal discourse, constructing a narrative that associates the Projeto Novo Recife with (economic) progress and positions the #OcupeEstelita as antagonists in this process.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso jornalístico; Sociocognição; Narrativas.

KEY-WORDS

Journalistic discourse; Sociocognition; Narratives.

INTRODUÇÃO

Em meados de 2014 surge um conflito que mobilizou (e até hoje mobiliza) vários setores da cidade do Recife (PE): o destino a ser dado à área do cais José Estelita, vendida a um consórcio imobiliário que pretendia construir um empreendimento chamado de Projeto Novo Recife nesse espaço. O projeto é criticado por uma parcela da sociedade e, em particular, pelo movimento social #OcupeEstelita, que questiona sua legitimidade (desde a venda da área até os benefícios e grupos sociais beneficiados pela construção do Novo Recife) ao mesmo tempo em que luta pela própria legitimação perante à opinião pública local.

Neste estudo, debruçamo-nos especificamente sobre a produção discursiva da imprensa tradicional local e seu papel na reverberação do discurso de um grupo social em detrimento de outros. Partimos da compreensão de que o discurso não é mero elemento expressivo ou comunicativo, mas constitutivo das práticas e configurações sociais (FAIRCLOUGH, 2001), que, por sua vez, constituem os discursos. A operacionalização dessa relação é dada através do aspecto sociocognitivo, uma ponte necessária entre discurso e sociedade (VAN DIJK, 2000, 2010, 2012) para explicar como os discursos trabalham na (re)estruturação social. Compreendendo a natureza relativamente estável das configurações sociais sob a ótica do contínuo processo de (re)estruturação (GIDDENS, 2003), é possível postular o discurso como um dos elementos motores dessa (re)estruturação constante.

Assim, são contempladas as produções dos principais jornais impressos do Recife, Jornal do Commercio (JC) e Diário de Pernambuco (DP) durante a cobertura das ações do #OcupeEstelita entre 2014 e 2015, no esteio de pesquisas destinadas a compreender o trabalho jornalístico em relação às configurações sociais. Algumas questões que orientam essa investigação são: como se dá a construção de saberes sobre o Movimento e o Novo Recife? Quais estratégias discursivas e cognitivas são empregadas pelos jornais na construção desses saberes? Como esse conhecimento sobre o Projeto e sobre o Movimento é organizado ao longo da cobertura?

Desde uma perspectiva interdisciplinar que alia os Estudos Críticos do Discurso numa perspectiva sociocognitiva (VAN DIJK, 2010, 2012; FAIRCLOUGH, 2001) e Antropologia Linguística (DURANTI, 1997; MOTTA, 2002) pretendemos entender como os jornais tradicionais locais constroem uma narrativa específica sobre o Projeto Novo Recife que deslegitima o Movimento #OcupeEstelita através de diferentes estratégias discursivas. Vemos nessa conjuntura uma oportunidade para melhor compreender o papel do discurso na (re)estruturação das relações de poder que (re)formulam conceitos caros à convivência na sociedade contemporânea: direitos urbanos, o público e o privado,

participação política, democracia, cidadania, para citar alguns que estão em jogo nesse embate.

1 O JORNALISMO E AS NARRATIVAS DO SER/VIVER CONTEMPORÂNEO

Considerando que a mídia jornalística constitui um grupo social com acesso exclusivo a um meio de produção discursiva tido como de prestígio, configura-se a importância de se analisar a produção discursiva desses veículos, vistos como formadores de opinião:

Controlando o acesso ao discurso público, só se permitem expressar e circular formas específicas de conhecimento e opinião, e estas podem conduzir persuasivamente a modelos mentais e representações sociais que servem aos interesses dos poderosos (VAN DIJK, 2000, p. 207, tradução nossa).¹

Em lugar de constituir canais neutros de veiculação de informação objetiva, os textos produzidos pela grande mídia jornalística configuram espaços discursivos abertos a processos ideológicos. A análise das estratégias linguístico-cognitivas empregadas nesses textos, aliada às considerações sobre o contexto sociopolítico e sociohistórico, conduz a diferentes interpretações (ideológicas) que se pode obter do discurso jornalístico tradicional.

A *organização da notícia* é um aspecto que, de forma geral, aponta para estruturas de relevância nas reportagens, que nos ajudam a perceber o que deve ser tomado como essencial para o entendimento do evento noticiado, na visão do jornal (VAN DIJK, 1988). Dessa forma, o que é salientado ou tomado como relevante em estruturas do texto noticioso como os títulos, subtítulos, *leads*, *subleads*, e em partes destacadas (gráficos, quadros informativos, olho, etc.) deve ser considerado, pois ajudará a revelar que grupos e ideias são apoiados (geralmente figurando nas estruturas iniciais referidas acima) e quais são considerados menos relevantes (geralmente figurando nas estruturas finais, últimos parágrafos). Além disso, é importante investigar a forma como essas informações são apresentadas. Assim, nos debruçamos sobre questões mais pontuais de composição dos títulos, subtítulos e *leads* das reportagens, bem como de seleção e organização do discurso reportado (como as diferentes vozes de diferentes grupos sociais são incorporadas no texto jornalístico) e de seleção e distribuição das informações no texto.

É importante ressaltar que quando falamos em “Projeto Novo Recife” ou “Movimento #OcupeEstelita”, não se trata do projeto ou movimento social em si, objeto-mundo, mas de um construto discursivo-cognitivo, um *objeto-de-discurso*, “cuja

¹No original: “Controlando el acceso al discurso público, sólo pueden expresarse y circular formas específicas de conocimiento y opinión, y éstas pueden conducir persuasivamente a modelos mentales y representaciones sociales que sirven a los intereses de los poderosos.” (VAN DIJK, 2000, p. 207).

existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas” (MONDADA; DUBOIS 2003: 35). Esses objetos-de-discurso são a essência do que se constitui o que consideramos conhecimento. Segundo a perspectiva sociocognitiva de análise do discurso, o conhecimento é construído discursivamente em atividade intersubjetiva (VAN DIJK, 2010; 2012). O conhecimento que formamos e negociamos das coisas, eventos, processos, ações, etc. são estruturados como representações sociais e modelos mentais – construtos cognitivos relativamente estáveis em que os conceitos vão se sobrepondo e organizando em estruturas como esquemas, *scripts*, *frames*, modelos de contexto etc., em nossa memória e acessados principalmente através do discurso. São modelos cognitivos flexíveis e dinâmicos gerenciados, avaliados e ajustados continuamente e situadamente em contextos de interação discursiva: “Em outras palavras, modelos corporificam tanto informações pessoais como sociais e, dessa forma, servem como o centro da interface entre o social e o individual” (VAN DIJK, 2010, p. 205). Dessa forma, o autor concebe uma interinfluência entre o *discurso* e nossa *concepção* das coisas, de eventos etc., que, por sua vez, orienta nossas ações e atitudes em práticas concretas.

Van Dijk (2010) ressalta ainda que, por serem textos públicos, as notícias e reportagens podem ser avaliados por diferentes grupos com os mais variados níveis de criticidade. Isso acarreta que, apesar de postularem objetividade e neutralidade, nos textos jornalísticos existe a “[...] possibilidade de o poder ser exercido e formulado de maneiras mais indiretas, veladas e formalizadas, em especial, quando tal poder não é estabelecido legal ou organizacionalmente [...]” (VAN DIJK, 2010, p. 73). Isso implica a utilização de técnicas argumentativas e persuasivas nos textos, muitas vezes, veladas, ou seja, manipuladoras. Insere-se nesse contexto, a importância do trabalho analítico para desvendar esses empregos linguístico-cognitivos e possíveis movimentos manipuladores dos discursos midiáticos.

Um dos objetivos deste trabalho, portanto, é verificar, através da análise da (re)produção de modelos mentais de conhecimento, se os veículos jornalísticos manipulam ou desinformam, privilegiando o discurso hegemônico (do Consórcio e do Projeto Novo Recife) em detrimento do discurso contra hegemônico (do Movimento #OcupeEstelita). Assim, “[...]o que está em jogo não é o jornalismo ser o retrato da realidade, mas ser o sujeito [ou grupo social] privilegiado que propõe sua versão pública dos fatos [e silencia outras]” (SILVA, 2009, p.187).

Lançamos esse olhar crítico sobre o domínio jornalístico tradicional através da análise de seus produtos mais representativos: as notícias e reportagens. Buscando apoio na Antropologia Linguística para compreender a relevância sociocultural dessa instituição social (a imprensa), abordamos as notícias como *narrativas*, no sentido

postulado por Motta (2002, p. 12) de que “a notícia é um produto cultural cuja magnitude vai além do ato de informar, situando o indivíduo na complexa sociedade contemporânea”, fornecendo assim, modelos e cosmovisões aos indivíduos integrantes das comunidades a que as notícias são direcionadas. A narrativa no domínio jornalístico, nessa perspectiva, distancia-se da tradição literária e é abordada como categoria sociocognitiva de análise.

Compreendemos que, mais que textos produzidos por atores sociais e veiculados em instituições sociais, mais que discursos que produzem sentidos carregados de ideologia, os textos jornalísticos constroem e disseminam mitos explicadores de nossa cultura ocidentalizada, textualizada e informatizada. Desse pressuposto, conclui-se o potencial manipulador intrínseco ao discurso jornalístico. Além disso, percebe-se o fazer (e consumir) jornalístico como uma prática constitutiva de nossa cultura, e, desse modo, necessária. Em nossa cultura ocidentalizada, “estar informado” é um princípio de valor. A informação (considerada legítima, em geral aquela obtida ao assistir ao noticiário ou ler o jornal) converteu-se em capital cultural no sentido postulado por Bourdieu (1989), e com isso, configura-se o *poder por trás do discurso* de que Fairclough (1989, p. 43, tradução nossa) fala: “poder por trás do discurso [diz respeito a] como ordens do discurso, enquanto dimensões das ordens sociais de instituições sociais ou sociedades, são em si moldadas e constituídas por relações de poder”². Uma ordem do discurso institucional ou societário, como Fairclough (2001, p. 70) propõe, seria “a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas”. Compreendemos, portanto, as notícias e reportagens como instâncias da ordem do discurso jornalístico que impõem limites de acesso, padrões de linguagem, e até mesmo modelos de compreensão dos eventos reportados que afetam não só o ator social que trabalha dentro desta ordem, mas todos aqueles que consomem esses produtos jornalísticos.

2 NOTÍCIAS COMO NARRATIVAS: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA

A Antropologia Linguística busca compreender como a linguagem atua no *ser* humano em sociedade, buscando, dentre outros objetivos, compreender artefatos culturais tais quais os textos prototípicos jornalísticos que ajudam as coletividades a se organizarem e fazer sentido de sua vivência diária. São textos “através [dos quais] os indivíduos retomam regularmente o contato com a realidade caótica” (MOTTA, 2002, p. 13). Adotando a visão de cultura como conhecimento socialmente compartilhado

² No original: “power behind discourse [relates to] how orders of discourse, as dimensions of the social orders of social institutions or societies, are themselves shaped and constituted by relations of power” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 43).

(DURANTI, 1997), fica ainda mais clara a contribuição do trabalho do jornal para a tessitura cultural: o que é importante conhecer, o que é preciso saber, o que é relevante, etc. Não que o discurso jornalístico tenha o poder absoluto de determinar e definir o conhecimento para uma dada conjuntura cultural, mas pode ser visto como uma das várias fontes que informam esse conhecimento. Lembramos com Duranti (1997, p. 32) que a diversificação é a norma e não a exceção, e que a cultura é mais bem compreendida como a *organização da diversidade*. A produção jornalística atua diretamente nessa organização da diversidade, postulando, por exemplo, quem ou o que é bom e quem ou o que é mau; o que é condenável e o que é louvável; o que é moral, o que é imoral, etc.

Nesse sentido, o fator “recorrência”, é de suma importância para entender o poder formativo cultural das notícias. Segundo Motta (2002, p. 14): “A recorrência regular de conteúdos (crimes, corrupção, julgamentos, punições, vitórias, derrotas, recompensas), cristalizados em conteúdos diversos, reforça as percepções de padrões culturais e de arquétipos no inconsciente coletivo”. Tais conteúdos podem ser compreendidos como modelos mentais e de contexto, na perspectiva sociocognitiva postulada por van Dijk (2010, 2012). Dessa forma, as histórias que se repetem nas notícias se tornam uma só “fábula da vida moderna” (MOTTA, 2002, p. 14): o crime passional é, essencialmente, um só (onde a expectativa é que o homem é a parte criminosa, provocada por alguma atitude da mulher); os protestos são, essencialmente, os mesmos (em que um grupo social “atrapalha” a vida dos demais ao reivindicar seus direitos).

Dessa recorrência se constrói a necessária estabilidade do conhecimento para a continuidade da evolução. Podemos considerar que é a partir de modelos de conhecimento básicos sobre, por exemplo, “invasões” e “propriedades privadas” que podemos ler e compreender notícias mais detalhadas e complexas em torno de um caso específico, que podemos preencher as lacunas, os não-ditos nas narrativas retomadas por esses textos. Ditos modelos de conhecimento (modelos mentais, modelos de contexto, esquemas, frames, etc.) podem ser contraditórios e diferentes séries de notícias podem construir e remeter a diferentes modelos, mas a questão é que eles existem e são necessários à tessitura cultural. Como observou Ochs (in DURANTI, 2004, p. 269, tradução nossa), “narrativas são centrais para a tessitura da vida social no sentido de que elas forjam e sustentam relações sociais e constroem mundos de vida compartilhados”³. Hoje, reconhece-se amplamente a importância da mídia jornalística na construção dessas cosmovisões. Percebe-se que a imprensa não reflete “a realidade dos fatos”, mas recria os fatos de acordo com diferentes visões de mundo. Opinião esta compartilhada por Lakoff (2000, p. 206, tradução nossa):

³ No original: narratives are central to weaving the fabric of social life in that they forge and sustain social relationships and build shared lifeworlds” (in DURANTI, 2004, p. 269).

Tradicionalmente, o governo gerava a história, a mídia a contava, e o povo a recebia e decidia o que fazer com ela. A realidade era criada em ambos os polos, não no meio. Mas agora o intermediador, o empreendedor da informação, quer atuar tanto como criador e consumidor do produto. A mídia está se transformando na criadora de nossa realidade, não somente seu condutor.⁴

Como outros produtos culturais, as notícias servirão às comunidades para as quais, e nas quais são produzidas, sem que seja possível atribuir valor a essa prática ou a essa cultura. Isso não impede, contudo, que em casos específicos, identifique-se abuso de poder e manipulação por grupos sociais que dominam e têm acesso a esse capital cultural específico. O #OcupeEstelita identificou o abuso de poder da imprensa tradicional local, posicionando-se como alternativa à cobertura que estava sendo realizada do entrave em torno do cais. Além disso, o Movimento respondeu a uma demanda ainda incipiente em 2014, mas que se mostrou real e urgente com o passar do tempo: pela participação mais efetiva do cidadão na geração e gestão de pautas jornalísticas e/ou políticas.

3 METODOLOGIA

Em se tratando de um estudo dentro do âmbito da Análise Crítica do Discurso, associado a conceitos da Antropologia Linguística, esse trabalho tem caráter qualitativo, buscando explicar, não apenas descrever, fenômenos linguístico-discursivos e sua relação com as estruturações sociais. Para tanto, os conceitos de ambas perspectivas teóricas são explorados em relação ao discurso produzido por um setor específico da sociedade: o domínio jornalístico. A partir desse arcabouço teórico, partimos para a análise detalhada das notícias e reportagens que compõem o *corpus* da pesquisa.

Foram analisadas duas notícias e uma reportagem veiculadas na versão impressa do Jornal do Commercio (também reproduzidas *online* para assinantes), uma notícia publicada na versão *online* e uma reportagem impressa do Diário de Pernambuco, publicadas ao longo dos anos de 2014 (quando se inicia o conflito entre o #OcupeEstelita e o Novo Recife) e 2015 (um ano e alguns meses após o início da disputa). O intuito é demonstrar a evolução da cobertura realizada pelos jornais.

As categorias de análise determinadas a partir da leitura e releitura do *corpus* são diferentes tendo em vista os diferentes momentos no histórico da cobertura jornalística. Em relação às primeiras notícias, de maio de 2014, é analisada a identificação dos atores sociais como forma de legitimação desses grupos. Investigamos como ocorre a inserção

⁴ No original: “Traditionally, the government made the story, the media told it, and the people received it and decided what to do about it. Reality was created at both ends, not in the middle. But now the middleman, the information entrepreneur, wants to act as both maker and consumer of the product. The media are becoming the creators of our reality, not merely its conduit” (LAKOFF, 2000, p. 206).

dos atores sociais, a visibilidade que cada grupo social tem, nas notícias, tendo em vista o silenciamento em relação ao #Ocupe por parte da imprensa tradicional local nesse primeiro momento.

Já as reportagens de setembro de 2015 aportam mais categorias de análise dada a complexidade e extensão dos textos. A estrutura de relevância dos textos jornalísticos aliada à análise da seleção lexical para descrever os eventos surgem como importantes categorias de análise, demonstrando como apesar de dar visibilidade ao grupo contra hegemônico, o discurso jornalístico pode usar dessas estratégias discursivo-cognitivas para favorecer o discurso hegemônico ao passo que aparenta objetividade e equilíbrio em sua cobertura.

A estrutura de relevância e organização das notícias também é explorada como categoria de análise discursiva quando da análise da notícia de dezembro de 2015, embora, nesse momento, sejam explorados elementos gráficos e olhos como estratégias de captura de atenção dos leitores e de condensação das informações consideradas mais relevantes às vistas do jornal.

Por fim, é realizada uma reflexão sobre as ideologias que orientam a produção desses discursos hegemônico e contra hegemônico, a fim de perceber qual enquadre ideológico reverbera no domínio jornalístico.

Ressaltamos que, embora pareçam ter sido realizadas de maneira compartimentalizada, as análises linguística, discursiva, teórica e ideológica ocorrem de maneira concomitante, pois estes níveis de análise estão imbricados um ao outro, informando um ao outro, na medida em que se desvela o discurso.

4 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS E REPORTAGENS: O PROJETO NOVO RECIFE E A NARRATIVA DO PROGRESSO

O conflito em torno do cais surge no momento em que, em 21 de maio de 2014, ativistas do grupo Direitos Urbanos (que deu origem ao #Ocupe) flagram tratores e guindastes iniciando a demolição dos armazéns desativados do cais José Estelita, já às 22 horas da noite e sem a documentação necessária, e então se encaminham para o local para impedir a continuação da demolição. Nasce assim a ocupação e o #OcupeEstelita.

Analisando as primeiras notícias publicadas *online* pelo JC e DP, identificamos estratégias de manutenção de poder na categorização das “personagens” que emergem das narrativas jornalísticas. Nelas, um dos aspectos que podemos apontar é em relação à menção dos atores sociais, ou “personagens”. Nessas primeiras notícias, há a identificação de apenas um grupo, a saber, aquele representativo do Projeto Novo Recife, enquanto as outras personagens são referidas como “pessoas contrárias ao projeto” (COMEÇA..., 2014,

capa dois), numa construção que implica desarticulação e deslegitima a própria existência de um grupo social. A Fig. 1 (abaixo) traz uma imagem dessa notícia, em que se vê marcado em azul (Consórcio Novo Recife) e amarelo (Secretaria de Planejamento Urbano, aliada ao Novo Recife) integrantes do grupo hegemônico de poder, e em roxo, integrantes do grupo contra hegemônico. Dentro de uma lógica narrativa, essa seria uma maneira de dar mais destaque ao grupo nomeado (os protagonistas), e menos visibilidade ao grupo que não é identificado (como que figurantes na estória).

Figura 1 – Notícia veiculada no JC, edição 142, de 22 maio 2014.

Começa demolição de armazéns

Começou na noite de ontem a demolição dos armazéns do Cais José Estelita, no Bairro de São José, área central do Recife. Para a área está prevista a implantação do Projeto Novo Recife, que inclui a construção de 12 torres ao longo do cais, por um consórcio integrado pelas empresas Moura Duboux, Queiroz Galvão e GL.

Em dezembro, a Secretaria de Planejamento Urbano do Recife anunciou 16 intervenções consideradas mitigadoras no projeto, como a cons-



JOSÉ ESTELITA Ativistas estiveram no local ontem à noite

Hélia Schrepel/JC Imagem

trução de um parque linear com 90 mil m² do Pina ao Recife Antigo.

Após o início da demolição, houve mobilização nas redes sociais de pessoas contrárias ao projeto. No grupo Direitos Urbanos, no Facebook, ativistas prometeram acampar no local. Também foi questionado se a obra teria autorização.

A assessoria do Consórcio Novo Recife informou em nota que a demolição iniciada atende às exigências municipais a ação tem alvará para ocorrer.

No desenvolver da cobertura, por exemplo, em reportagens de 09 de maio de 2015, um ano após o início do conflito, esse grupo contra hegemônico, inicialmente silenciado, passa a ser identificado como “integrantes do Ocupe Estelita”, e categorizado como “manifestantes”, ganhando assim, certa visibilidade dentro da narrativa jornalística. Porém, essa visibilidade deve ser criticamente avaliada, a fim de verificar se a caracterização dessas personagens se presta à perpetuação de um discurso (hegemônico e manipulador) em detrimento de outros.

Para tanto, exploramos algumas categorias de análise que estão relacionadas à organização do texto noticioso e outras que remetem a estratégias linguístico-cognitivas na constituição de uma narrativa sobre a questão do destino do cais José Estelita.

A *organização da notícia* como apontado acima, nos ajuda a ajustar e/ou corrigir nossa expectativa de leitura desde a manchete da notícia, acionando modelos cognitivos existentes sobre o evento noticiado (VAN DIJK, 1988). A forma e ordem em que são apresentadas as informações nas notícias, irá reforçar modelos existentes, ou subverter, modificar esses modelos prévios.

Ao analisar as duas reportagens do JC e DP do dia 09 de maio de 2015 (Anexo I), nota-se que ambos os veículos constroem um ponto de vista comum em relação ao

Movimento e seus integrantes, resgatando modelos mentais preferidos sobre como agem manifestantes e quem é afetado por protestos. Nessas reportagens, é feita a cobertura de uma intervenção do #Ocupe na forma de um acampamento em frente ao edifício onde residia o prefeito, Geraldo Julio (intervenção denominada de “A praia do GeJu”, pelo Movimento)⁵. Na construção das reportagens sobre o evento é adotada uma macroestrutura que posiciona o #Ocupe como ameaça à propriedade privada (o edifício) dentro da ideologia do capital neoliberal. Isso é realizado tanto por meio de estruturação da notícia como por meios mais localizados como seleção lexical. A análise desses dois aspectos é realizada concomitantemente, pois determinados itens lexicais ganham relevância analítica na medida em que são empregados em certas partes do texto jornalístico e não outras; são fenômenos imbricados na tessitura do discurso.

Em termos de localização das informações e das falas nas notícias, a forma como são topicalizados esses textos tende a servir de guia para a interpretação/compreensão do texto: “Tópicos são cruciais para o entendimento geral de um texto, por exemplo, no estabelecimento de coerência global; além disso, no micronível [local, em oposição ao nível de sentido global], eles agem como um controle semântico *top-down* sobre a compreensão local [...]” (VAN DIJK, 1988, p. 35, tradução nossa)⁶. Apontamos, por exemplo, a chamada na capa do caderno em que foi publicada a reportagem do JC: “Condomínio pede saída de ativistas e denuncia *depredação*”. A partir do item lexical “depredação” na chamada, o leitor é motivado a acionar modelos de eventos em que há danos às propriedades, remetendo a atos violentos e violação da integridade física dos bens privados. Da mesma forma, o subtítulo da reportagem: “Representante do edifício onde o prefeito Geraldo Julio mora alega que os ativistas *fazem barulho, dificultando a acessibilidade das 74 famílias residentes*” (SÍNDICA..., 2015, p. 2, grifos nossos), também resgata modelos cognitivos referentes a atos de protesto que geram dificuldades de acesso e passagem, os bloqueios e passeatas. No DP, a manchete faz o mesmo através do item lexical “transtornos”: “Protesto continua e *transtornos aumentam*” (PROTESTO..., 2015, p. a8). Além disso, ambos os *leads* reforçam os temas dos danos materiais sofridos pelos moradores e do conflito entre os atores sociais, demonstrando o aspecto da recorrência das narrativas, nesse caso, sobre eventos de protesto:

⁵ Frente à recusa da prefeitura de receber os integrantes do #Ocupe quando da votação extra-pauta que resultou na aprovação pela Câmara de Vereadores do Projeto Novo Recife, a partir de um encontro na Praça do Derby, no dia 7 de maio de 2015, os ativistas do #Ocupe se dirigiram à residência do prefeito reivindicando que fossem reconhecidos como participantes do debate. Com o passar dos dias, vai se configurando mais este “capítulo” na grande narrativa sobre o conflito em que os integrantes do #Ocupe ocupam, mais uma vez, lugar antagônico em relação à prefeitura da cidade (metonimicamente compreendida na figura do prefeito), que, nesse contexto, tem como aliados, os moradores do edifício, seus vizinhos.

⁶No original: “Topics are crucial in the overall understanding of a text, e.g., in the establishment of global coherence; and they act as a semantic, top-down control on local understanding at the microlevel” (VAN DIJK, 1988, p. 35).

Os moradores também *prestaram queixa* na Delegacia do Cordeiro *contra a depredação do patrimônio*. (SÍNDICA..., 2015, p. 2, grifos nossos)

No segundo dia de acampamento de integrantes do Movimento Ocupe Estelita em frente ao prédio onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, na Rua Neto Campelo, Torre, se *acentuou o desgaste entre os manifestantes e moradores e comerciantes*. (PROTESTO..., 2015, p. a8)

Além da seleção lexical empregada na chamada de capa, no título e subtítulo das reportagens, orientando uma leitura específica dos acontecimentos – que resgate modelos cognitivos negativos referentes a protestos –, analisamos a inserção de vozes nas reportagens. As falas que ganham mais espaço, ou seja, os atores sociais que tiveram maior acesso ao discurso dos jornais nessas reportagens, são aquelas das “vítimas”, os moradores do prédio, e de um delegado – opção que demonstra tendência à criminalização dos atos dos ativistas do #Ocupe:

“Vamos apurar, *depredação* do patrimônio *é crime* e quem fez, se for identificado, vai responder *inquérito policial*”, informa o delegado. Pelo menos 22 imóveis, duas paradas de ônibus, três postes e duas placas de propaganda amanhecera *pichadas* (SÍNDICA..., 2015, p. 2, grifos nossos).

A seleção da fala do delegado não acontece por acidente, e opera na construção de uma categorização violenta e criminalizada dos integrantes do Movimento. Categorização, essa, latente na sociedade quando se trata de grupos contestadores, e, reforçada pelo foco das notícias nas intervenções de pichação.

Além disso, ao selecionar imagens que mostram as pichações realizadas pelo #Ocupe e/ou simpatizantes, os jornais reforçam o discurso criminalizante do delegado através de textos imagéticos. O ato da pichação, em sua origem um ato de resistência, nas reportagens dos jornais é retomado a partir da lógica dos danos materiais, novamente, de acordo com uma ideologia capitalista neoliberal, como comenta Tiburi (2013, p. 44):

A pichação⁷ é, na cidade, o antissistema, daí a sensação de terrorismo conceitual, furo no padrão tanto estético, quanto teórico da identidade ditada pelo capital e que se impõe à força pela ideologia do muro branco e pela administração da fachada. (TIBURI, 2013, p. 44).

A pichação, vista como violação da propriedade privada, como “[...] heresia justamente contra a sacrossanta propriedade privada por meio de uma curiosa tomada de

⁷ Tiburi opta pela grafia da palavra com “x” visando evidenciar o aspecto transgressor da prática. Em suas palavras: “Usarei durante todo o texto o termo pichação com X e não pichação com ch, pois, entre muitos pixadores, o termo pichação em sua grafia com X assinala o teor de movimento da pichação, não o ato simples destituído de seu significado maior” (TIBURI, 2013, p. 53).

posse [...]” (TIBURI, 2013, p. 41), nos remete novamente à ideologia capitalista de compreensão dessas superfícies expostas (de edifícios tanto privados como públicos).

Analisando mais detidamente o modelo de evento que se está noticiando, com a escolha de tópico sendo “transtorno”, “danos” e “prejuízos” causados pelo acampamento do Movimento, notamos que se trata de uma notícia que denuncia e condena a ação do #OcupeEstelita, muito aos moldes das notícias que reportam os danos e prejuízos provocados por grevistas, por exemplo (FALCONE, 2003; MELO, 2012).

Além disso, percebemos que ambos os jornais utilizam mais da metade do corpo da notícia para relatar as ações contra a integridade do edifício, dos estabelecimentos comerciais e propriedades do entorno (no JC, 6 de 8 parágrafos, e no DP, 6 de 9 parágrafos), reproduzindo um modelo de conhecimento de dano físico à propriedade privada, em que há um agente que danifica e um paciente que é danificado/lesado, como evidenciado pelo campo lexical selecionado para qualificar as ações realizadas pelos integrantes do Movimento: “depredação”, “pichação”, “destruir” etc. Vejamos abaixo alguns trechos:

Os moradores também prestaram queixa na Delegacia do Cordeiro contra a *depredação* do patrimônio. De acordo com a síndica, integrantes do OcupeEstelita *picharam* o muro, *quebraram* câmera e refletor, além de *destruir* a grama. [...]

“o proprietário [...] teve o muro *pichado* e as câmeras de segurança *danificadas*” [fala do delegado].

[...] “Vamos apurar, *depredação* do patrimônio é *crime* e quem fez, se for identificado, vai responder *inquérito policial*”, informa o delegado.

Pelo menos 22 imóveis, duas paradas de ônibus, três postes e duas placas de propaganda amanhecera *pichadas*.

(SÍNDICA..., 2015, p. 2, grifos nossos)

Protesto continua e *transtornos* aumentam [manchete]

O proprietário de uma empresa de segurança da rua que teve câmeras *danificadas* *prestou uma queixa* na Delegacia do Cordeiro.

“A *queixa* menciona a *depredação* do prédio, que foi *pichado*.” [fala do delegado]

[...] “Plantas do prédio foram danificadas, ovos foram atirados na guarita e uma câmera foi quebrada”, contabilizou a síndica do edifício.

(PROTESTO..., 2015, p. a8, grifos nossos)

Ressaltamos mais uma vez que a citação da fala do delegado recupera um modelo mental socialmente compartilhado, que resulta na categorização dos que realizaram a depredação como criminosos, e suscita modelos cognitivos desse campo semântico. Além de contribuir para a deslegitimação do Movimento, essa categorização, promove a legitimação da aplicação de violência policial contra os integrantes do #Ocupe, por exemplo, quando da desocupação do acampamento realizada em 17 de junho de 2014.

Notamos que a narrativa construída pelos dois veículos jornalísticos em questão apresentou tanto estratégias conteudistas (seleção lexical), como estratégias estruturais/formais (distribuição de informações no corpo da notícia, seleção de imagens, seleção de citações diretas) para montar seus esquemas cognitivos de representação para a compreensão do fato noticiado. Ao final, o que se vê nas reportagens é a construção sociocognitiva e discursiva da intervenção do Movimento de acordo com a ideologia capitalista de compreensão do espaço público e privado. Os jornais tradicionais colaboram, portanto, com “todo um empreendimento que busca nos convencer dos perigos presentes nas tentativas de romper com os valores capitalistas de referência, como se eles garantissem algum tipo de segurança ou ordem” (MANSANO, 2009, p. 112).

Por outro lado, as propostas do #Ocupe, passam à margem das reportagens, embora ainda sejam abordadas, principalmente na reportagem do DP, que dedica 03 parágrafos no início da reportagem para descrever as ações desenvolvidas durante o acampamento:

Os manifestantes protestam contra a sanção do plano específico que define parâmetros construtivos e urbanísticos para as áreas do Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga. O plano, aprovado pela Câmara de Vereadores, abrange o projeto Novo Recife.

Desse trecho, evidencia-se a problemática redução da motivação por trás dos protestos do #Ocupe que “não quer apenas impedir a destruição do cais, mas também mais participação pública nas decisões da cidade e aproveitamento máximo” (BUENO, 2014, p. 7).

Em outro trecho da mesma reportagem, diz-se dos integrantes do Movimento que:

Ontem, os manifestantes fizeram oficinas e um debate sobre produção cinematográfica, mediado por professores da UFPE que transferiram a aula para o local. “O dia foi tranquilo e, para nossa surpresa, recebemos o apoio de muitos moradores da rua”, ponderou o universitário Otho Paiva, 20.

Enquanto alguns tomavam banho de piscina, outros tocavam instrumentos e cantavam. Outro grupo se dividia para organizar a cozinha improvisada. [...]

Mas os problemas que aconteceram no dia anterior se agudizaram. O delegado João Godoy, do Cordeiro, informou que um inquérito foi instaurado para identificar os responsáveis pelos danos à empresa de seguro [localizada na mesma rua]. (PROTESTO..., 2015, p.8, grifos nossos)

Nesse trecho, embora se descreva as diferentes atividades promovidas pelo #Ocupe durante o acampamento, não se explica a motivação por trás delas: de praticar um ativismo irreverente, de ruptura cultural com o império do capitalismo neoliberal. Afinal, além de uma proposta política, o #OcupeEstelita traz uma proposta cultural para

repensar a cidade, ou, nas palavras de Liana Cirne Lins, apoiadora do Movimento: “Nosso discurso do direito à cidade é do direito de fruir, de aproveitar tudo o que ela tem para oferecer, de ser feliz nela. A cidade é para isso: para ocuparmos seus espaços públicos dando-lhes uma destinação social, cultural e popular” (*apud* BUENO, 2014, p. 7). Na falta dessa contextualização, o público leitor do DP não pode compreender as ações do #Ocupe além do enquadre dos transtornos e depredações (modelo de evento preferido para manifestações populares de acordo com a cultura hegemônica).

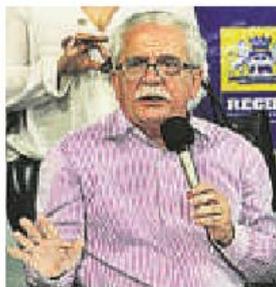
Já em reportagem ancorada na capa da edição de 23 de dezembro de 2015 (Anexo), o Jornal do Commercio apresenta predominantemente aspectos técnicos e econômicos em relação ao Projeto Novo Recife, claramente favorável à sua realização. Apontamos, primeiramente, o quadro informativo que resume a proposta do Novo Recife (uma estratégia para a leitura da informação, já que muitas vezes o leitor se atém apenas aos elementos de destaque) (Fig. 2, abaixo).

Figura 2 – Quadro de resumo do Projeto



Ressaltamos também, na mesma notícia, o destaque à fala do então secretário municipal de infraestrutura, João Braga, que se constrói sobre o discurso do desenvolvimento e do progresso econômico – “O Recife só tem a ganhar”; “gerar empregos e beneficiar os mais pobres” –, inserido claramente na narrativa do progresso desenhada desde o início na cobertura sobre o Projeto Novo Recife (Fig. 3, abaixo).

Figura 3 – Olho com fala de João Braga

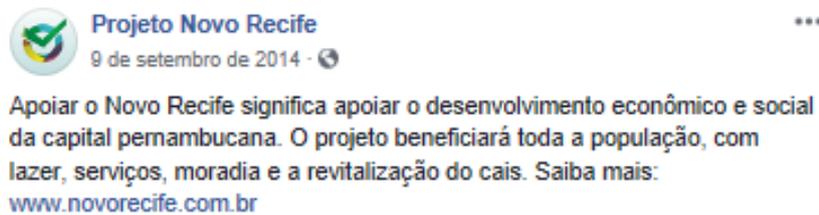


O Recife só tem a ganhar com esse projeto. Ele vai dialogar com a cidade, gerar empregos e beneficiar os mais pobres. Agora, caberá aos construtores conseguir a licença de construção”, diz o secretário João Braga

Tal parcialidade não é de surpreender, contudo, tendo em vista que o Jornal do Commercio (na verdade todo o Sistema de Comunicação do Jornal do Commercio) é de propriedade de um empresário que detém também maioria de posse de um centro comercial próximo à região do cais, dentre outros interesses comerciais e imobiliários na cidade. Esta é uma questão bastante discutida nos estudos críticos do discurso jornalístico: o caráter empresarial dos veículos, que visam ao lucro, e não apenas à prestação de um serviço social (de informatividade), como se postula geralmente. Habermas (2003) aponta para o conflito de interesses gerado pela gradual transformação dos jornais em empresas privadas, que deixariam de lado interesses públicos para servir a interesses privados. A penetração da esfera privada (e seus interesses particulares) na esfera pública é cada vez mais intensa. Hoje, os jornais passam por mudanças profundas em sua configuração financeira/comercial, já que o modelo antigo de renda baseada na venda de exemplares já não se aplica. Estão cada vez mais dependentes, portanto, de seus patrocinadores.

Vemos que, essencialmente, as notícias e reportagens sobre esse caso constroem uma narrativa do progresso econômico, do desenvolvimento urbano orientado pelos preceitos do capitalismo neoliberal. O domínio jornalístico representado aqui pelos dois veículos de maior prestígio e alcance na cidade, reproduz, pois, a narrativa de progresso econômico, já sinalizada na página do Facebook do Novo Recife (Fig. 4). Em suma, a narrativa do progresso é construída pelos jornais de modo a reforçar o discurso do Novo Recife e essencialmente ignora o #OcupeEstelita e suas reivindicações.

Figura 4 – Publicação de 9 set 2014



Fonte: @novorecife.

Essa publicação na página do Novo Recife no Facebook demonstra o esforço por parte do Projeto de associar o empreendimento ao desenvolvimento econômico, que acarretaria o desenvolvimento social do Recife, como construído na proposição: “Apoiar o Novo Recife *significa* apoiar o desenvolvimento econômico e social da capital pernambucana”. A utilização do verbo “significa” como um verbo relacional, estabelece a equivalência, a relação de sinonímia entre Novo Recife e o desenvolvimento. A implicação aqui é que aquele que é contra o Novo Recife (subentendendo-se a referência aos integrantes do #OcupeEstelita), é contra o desenvolvimento econômico e social da cidade. Essas relações lógicas, por sua vez, são reforçadas e reproduzidas nas reportagens e notícias dos jornais, como vimos acima, com o posicionamento crítico em relação aos integrantes do Movimento e com os destaques estatísticos e numéricos detalhando os benefícios do Projeto para a área do cais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se concordarmos com Fabrício e Moita Lopes (2002, p. 19) quando dizem que “as narrativas [...] certamente colaboram para estruturar a vida social, pois constroem os repertórios de conduta que compõem o imaginário de nossos tempos”, podemos concluir que as notícias e reportagens sobre o Projeto Novo Recife e Movimento #OcupeEstelita contribuem para fortalecer a ideologia capitalista neoliberal na sociedade recifense, ao mesmo tempo em que deslegitimam o Movimento metonimicamente através da deslegitimação de seus integrantes. Para fazer frente a isso, há de ser empreendida uma revolução profunda em que

um povo vá além da luta contra instituições opressoras e dê um salto evolutivo/revolucionário para se tornar mais autoconsciente, mais autocrítico, seres humanos mais socialmente responsáveis. Para transformar o mundo, nós/eles devemos transformar a nós/eles mesmos (BOGGS, 2015 apud FANG,

2016, p. 138, tradução nossa)⁸.

Uma revolução como essa de que fala Boggs necessariamente passa pelo questionamento crítico de conhecimentos naturalizados, pela subversão e reorganização de modelos mentais dominantes, de modelos de contexto recorrentes etc. Defendemos que o caminho privilegiado para essa revolução na construção de sentidos nas mentes das pessoas é através do discurso.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BUENO, C. Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife. **Ciência e cultura**. vol.66 no.4, São Paulo, out/dez 2014, pp. 6-7. Disponível em: cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003.

COMEÇA demolição de armazéns. **Jornal do Commercio**, Recife, 22 maio 2014, capa dois.

DURANTI, A. **Linguistic Anthropology**. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

DURANTI, A. **A Companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Blackwell, 2004.

FABRÍCIO, B. F.; MOITA-LOPES, L. P. Discurso e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. **Veredas: revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v.6, n.2, p.11-29, jul./dez. 2002.

FABRÍCIO, B. F.; MOITA-LOPES, L. P. Discurso e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. **Veredas: revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v.6, n.2, p.11-29, jul./dez. 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London, Longman, 1989.

FALCONE, K. **O Acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

FANG, J. In defense of hashtag activism. **Journal of critical scholarship on higher education and student affairs**. Loyola University of Chicago. Vol. 2, Issue 1, p. 138-142, 2016. Disponível em:

⁸ No original: “a people go beyond struggling against oppressive institutions and make [an] evolutionary / revolutionary leap towards becoming more self-conscious, more self-critical, more socially responsible human beings. In order to transform the world, we / they must transform our / themselves” (BOGGS, 2015 apud FANG, 2016, p. 138).

<http://reappropriate.co/2016/04/in-defense-of-hashtag-activism/> Último acesso em 26/10/2018.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LAKOFF, R. **The language war**. Berkeley: University of California Press, 2000.

MANSANO, R. S. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, vol. 8(2). 2009 pp. 110 – 117.

MELO, L. N. T. 2012. **Construção de identidade de grevistas pela imprensa**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

MOTTA, L. G. Para uma antropologia da notícia. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Vol. XXV, nº 2, julho/dezembro de 2002. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/418/387>

PROTESTO continua e transtornos aumentam. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 maio 2015, Caderno Local, p. a8.

SILVA, M. O. Jornalismo e Representação do Mundo. In: DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C.; BARROS, K. (Org.). **Um linguista, orientações diversas**. 1. ed. Recife: Editora da UFPE, 2009. p. 187 – 199.

SÍNDICA pede saída de manifestantes. **Jornal do Commercio**, Recife, 09 maio 2015, Caderno Cidades, p. 2.

TIBURI, M. Direito visual à cidade. **Redobra**, n. 12, ano 4, 2013, p. 39-53. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/revista_redobra12_virtual.pdf. Último acesso em 03/08/2015.

VAN DIJK, T. A. **News as discourse**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1988.

_____. **Ideología**: una aproximación multidisciplinaria. Barcelona, España: Gedisa, 2000.

_____. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo:



Contexto, 2012.

ANEXOS

ANEXO A – Reportagem de setembro de 2015, Jornal do Commercio, edição impressa

INVENTARIO



PROTESTO Integrantes do grupo estão desde a noite de quinta-feira acampados em frente ao prédio onde mora o prefeito

Síndica pede saída de manifestantes

OCUPE ESTELITA Representante do edifício onde o prefeito Geraldo Julio mora alega que os ativistas fazem barulho, dificultando a acessibilidade das 74 famílias residentes

O condomínio do Edifício Laura Caíla, na Torre, onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, e que teve o jardim externo ocupado pelo movimento Ocupe Estelita, quinta-feira à noite, pediu a integrantes do grupo a desocupação da área. Hildete Tenório, síndica do prédio, conversou com representantes do movimento, ontem à tarde, e entregou o documento elaborado pelos condôminos. Os moradores também prestaram queixa na Delegacia do Cordeiro contra a depredação do patrimônio.

De acordo com a síndica, integrantes do Ocupe Estelita picharam o muro, quebraram câmera e refletor, além de destruir a grama. "Tudo o que foi destruído é recuperável. Porém, eles estão acampados numa propriedade privada, esse jardim é nosso", afirma Hildete Tenório. "O senhor Geraldo Julio é prefeito, mas aqui ele é apenas um dos condôminos do prédio. O lugar da manifestação é a sede da prefeitura", declara.

O grupo protesta contra a aprovação do Plano Urbanístico Específico para o Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga, na área central da cidade, que permite a implantação do projeto Novo Recife no Cais José Estelita. Ontem, o Ministério Público Federal enviou ofício ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reforçando o pedido de proteção do cais.

No Edifício Laura Caíla, diz Hildete, há 74 apartamentos onde vivem crianças, jovens com problemas de saúde e idosos. "O barulho está incomodando a todos. Uma clínica de fisioterapia instalada na rua ficou no prejuízo porque os pacientes não conseguiram chegar ao local." Além dos



RECADOS Imóveis e paradas de ônibus foram pichados, na quinta, durante passeata entre os bairros do Derby e da Torre

condôminos, o proprietário de uma casa na mesma via (Neto Campelo), que teve o muro pichado e as câmeras de segurança danificadas, prestou queixa.

"Esse cidadão entregou imagens que provam o ato de vandalismo, gravadas às 6h de hoje (ontem). A filmagem mostra pessoas com o rosto coberto por camiseta", diz o delegado do Cordeiro, João Gustavo Godoy. "Vamos apurar, depredação do patrimônio é crime e quem fez, se for identificado, vai responder inquérito policial", informa o delegado.

Pelo menos 22 imóveis, duas paradas de ônibus, três postes e duas placas de propaganda amanheceram pichadas no trajeto percorrido pelo Ocupe Estelita antontem, na Avenida Agamenon Magalhães e nas Ruas Joaquim Nabuco, José Osório, Visconde de Albuquerque, Conde de Irajá e Neto Campelo.

"A reivindicação deles é válida. Porém, a pichação só nos trouxe prejuízo. Somos uma instituição filantrópica, tratamos de crianças carentes da vizinhança (Madalena) e teremos de usar dinheiro que seria investido em outras ações para pintar o muro", lamenta o gestor da Fundação Cecosne, Belarmino Barros.

Ernesto de Carvalho, integrante do Movimento Ocupe Estelita, disse que o grupo não está bloqueando a circulação na rua. "Reunimos milhares de pessoas para protestar contra um prefeito autoritário e o projeto de um condomínio de luxo que não é bom para a cidade", afirma o rapaz.

Mais na web

Veja galeria de fotos e vídeo da manifestação no Recife: www.jconline.com.br/cidades

ANEXO B – Reportagem de setembro de 2015, Diário de Pernambuco, edição impressa

No segundo dia do acampamento do Ocupe Estelita na rua onde mora o prefeito, síndica de prédio pediu retirada pacífica e empresário prestou queixa

No segundo dia de acampamento de integrantes do Movimento Ocupe Estelita em frente ao prédio onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, na Rua Neto Campelo, Torre, se acentuou o desgaste entre os manifestantes e moradores e comerciantes.

À noite, residentes da edificação na qual o prefeito vive estenderam uma faixa com os dizeres "Respeitem nossas famílias". Mas cedo, a síndica entregou uma carta, em nome das 74 famílias, pedindo a saída pacífica do movimento. O proprietário de uma empresa de segurança da rua que teve câmeras danificadas prestou uma queixa na Delegacia do Cordeiro.

Os manifestantes protestam contra a sanção do plano específico que define parâmetros construtivos e urbanísticos para as áreas do Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga. O plano, aprovado pela Câmara de Vereadores, abrange o projeto Novo Recife.

Ontem, os manifestantes fizeram oficinas e um debate sobre produção cinematográfica, mediado por professores da UFPE que transferiram a aula para o local. "O dia foi tranquilo e, para nossa surpresa, recebemos o apoio de muitos moradores da rua", ponderou o universitário Otho Paiva, 20.

Enquanto alguns tomavam banho de piscina, outros tocavam instrumentos e cantavam. Outro grupo se dividia para organizar a cozinha improvisada. Por volta das 14h30, o almoço foi liberado, com opções de carne e comidas veganas. Garrafas de água e pacotes de alimentos não-perecíveis foram empilhados no local, onde houve coleta seletiva.

Mas os problemas que acon-



Membros de movimento instalaram 15 barracas na calçada. Ontem de manhã, fizeram uma aula de loga

Protesto continua e transtornos aumentam

teceram no dia anterior se agudizaram. O delegado João Godoy, do Cordeiro, informou que um inquérito foi instaurado para identificar os responsáveis pelos danos à empresa de seguro. "A queixa menciona a depredação do prédio, que foi pichado. O IC foi acionado para

VIATURAS DA PM ACOMPANHARAM PROTESTO, MAS NÃO HOUVE CONFRONTOS

periciar as últimas imagens feitas pelos equipamentos."

No prédio onde vive o prefeito, o dia também foi de reclamações. "Plantas do prédio foram danificadas, ovos foram atirados na guarita e uma câmera foi quebrada", contabilizou a síndica do edi-

fício de 37 andares, Hildete Tenório, 66. "Não dormimos por causa do barulho de música eletrônica", relatou a advogada Patrícia Cerqueira, 40.

Proprietária de uma clínica de fisioterapia, Laponira Pimentel disse que o lugar só recebeu dois pacientes. "Passamos o dia atendendo a ligações de cancelamento e tivemos que contratar um segurança." Na rua, há três estabelecimentos comerciais, dois prédios residenciais, três casas e dois terrenos com tapumes de construtoras, que foram pichados. A barreira de tábuas de um prédio chegou a ser retirada e o terreno serviu de banheiro.

O protesto, que interditou a rua, causou engarrafamento. As 16h, o fluxo na Conde de Irajá seguia a 10 km/h em média. Na Padre Anchieta, 5 km/h.

Prefeitura destaca discussão democrática

O secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano do Recife, Antônio Alexandre, ressaltou ontem que, na visão da prefeitura, não é bom para a cidade nem vontade da maioria que a região abrangida pelo plano para o Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga, continue do jeito que está. "Não é democrático que um grupo queira impor seu ponto de vista frente à maioria", opinou o gestor, referindo-se à resistência do movimento Ocupe Estelita à implantação do projeto Novo Recife, que está inserido na área incluída no plano específico.

O secretário elencou que o diálogo com a sociedade, que sugeriu 283 contribui-

ções ao projeto Novo Recife, foi fundamental na conquista de modificações que integram o equipamento imobiliário à cidade. Ele lembrou que a proposta original previa 65% de área privada e 35% de área pública. "Conseguimos inverter esses percentuais, sem grades nem muros e com calçadas e ciclovia", ressaltou.

Antônio também afirmou que o atual projeto valoriza as atividades no terreno das edificações, através do uso comercial. "Além disso, o sistema viário vai envolver o empreendimento, com um bi-nário e giros de quadra." O secretário destacou ainda a redução na altura das edificações, que poderão ter no má-

ximo 12 andares.

Antônio lembrou que as definições sobre o uso da área seguiram um extenso caminho legal, começando pela suspensão da licença de demolição dos armazéns de Estelita, pelo prefeito, e passando por quatro audiências públicas, antes da análise do redesenho pelo Conselho da Cidade e do início da tramitação do projeto de lei do plano específico na Câmara de Vereadores.

Ele acrescentou que, no entendimento da prefeitura, o Recife "precisa de investimentos em bons projetos que gerem emprego e renda e atuem a economia da cidade no momento difícil pelo qual passa a economia do país".

+ Saiba mais

Linha do tempo

03/05/14

Em reunião com representantes da sociedade civil, líderes de entidades, instituições e movimentos que debatem o desenvolvimento urbano, o prefeito anuncia a suspensão da licença de demolição dos armazéns do Cais José Estelita

05/06/2014

Geraldo Julio se reúne com representantes da sociedade e o Consórcio Novo Recife.

06/06/2014

O prefeito, representantes da sociedade e o ministério público estabeleceram a elaboração de um documento com diretrizes para a negociação com todas as partes envolvidas.

16/06/14

Entidades da sociedade civil confeccionam um documento com propostas para revisão do Novo Recife

30/06/2014

No quinto encontro fica definida a convocação de audiência pública para discutir as diretrizes.

27/11/2014

Audiência realizada pelo Consórcio Novo Recife para a apresentação do redesenho, tomando por base as diretrizes urbanísticas estabelecidas pela prefeitura.

19/02/2015

Audiência pública realizada pela Prefeitura do Recife para apresentação e debates sobre a minuta do Projeto de Lei do Plano Específico para Cais Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga.

14/01/2015

Encaminhamento da minuta do Projeto de Lei aos membros do Conselho da Cidade.

30/01/2015

Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife para apresentação do Projeto de Lei.

12/02/2015

Reunião ampliada da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente do Conselho da Cidade do Recife para debater o Projeto de Lei.

19/03/2015

Reunião extraordinária do Conselho da Cidade para votação do Projeto de Lei, aprovado por unanimidade.

23/03/2015

Início do processo de análise na Câmara de Vereadores.

04/05/2015

O projeto é aprovado na Câmara e sancionado pelo prefeito.



Manifestantes tomaram banho em piscininhas de plástico



Banheiro foi improvisado e estação acabou pichada

CDU dá sinal verde para o Novo Recife

REDESENHO Projeto foi aprovado por 21 votos a favor, 2 contra e duas abstenções. Licença de construção já pode ser solicitada

Quase que, por unanimidade, foi aprovado na manhã de ontem o projeto urbanístico Novo Recife, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife (CDU). Foram 21 votos a favor, dois contra e duas abstenções. Dos 30 representantes do conselho, cinco falaram ao encontro. Agora, os responsáveis pelo projeto, que prevê a reurbanização da área do Cais José Estelita, no bairro de São José, com a construção de prédios residenciais e empresariais, poderão dar entrada na licença de construção do empreendimento junto à Prefeitura do Recife. Manifestantes do Movimento Ocupa Estelita protestaram contra a realização da reunião e tentaram cancelá-la, mas não obtiveram sucesso.

A votação foi a seguinte: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Conselho Regional de Economia (Corecon) foram os únicos que votaram contra o Novo Recife. O Iphan e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) se absteram de votar. Se posicionaram a favor do projeto as Secretarias Municipais de Mobilidade, Finanças, Infraestrutura e Serviços Urbanos, Assuntos Jurídicos, Meio Ambiente, Saneamento e Planejamento Urbano; Empresa de Urbanização do Recife (URB), Câmara Municipal de Vereadores, Caixa Econômica Federal, Con-



“

O Recife só tem a ganhar com esse projeto. Ele vai dialogar com a cidade, gerar empregos e beneficiar os mais pobres. Agora, caberá aos construtores conseguir a licença de construção”, diz o secretário **João Braga**

lho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), OAB, Associação Brasileira da Indústria de Hóteis (ABIH), Sindicato da Construção Civil (Sindicociv), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Comercial de Pernambuco, Movimento Social de Luta pela Moradia (MSLM), Federação de Moradores do Iburá/Jordão e Fórum do Prezais.

A proposta aprovada prevê a construção de 13 prédios, que variam de 12 a 38 andares. Dez serão edifícios residenciais, um hotel, um empresarial e um misto - flat e empre-

sarial. Dos 101,7 mil metros quadrados do terreno, 60 mil metros quadrados serão de uso público, destinados à construção de parque, praças, vias, cicloviás, calçadas e equipamentos urbanos. O restante do espaço terá 35% de ocupação privada.

“Estamos há três anos discutindo esse projeto. É tempo suficiente para conhecê-lo. É a maior prova de que é um projeto importante para a cidade e que a aprovação foi quase unânime. O Recife só tem a ganhar com o empreendimento”, afirmou o secretário de Mobilidade e presidente do CDU, João Braga.

A propriedade do terreno, entretanto, está sendo questionada judicialmente. A Polícia Federal investiga fraude no valor do leilão da antiga propriedade da Refesa e a Justiça Federal determinou a anulação do processo, decisão que foi revista posteriormente pelo Tribunal Regional Federal. O Consórcio Novo Recife afirmou, por nota, que seguirá os trâmites previstos para obter a licença de construção.

A representante do Corecon, Ana Cláudia Arruda, que votou contra o projeto, afirmou ser contrária à verticalização do Novo Recife. “Sou a favor da proposta horizontal, mas não da vertical. Ela fere a paisagem histórica, que é monumental. Estou muito triste”, disse.

www.recife.com.br

empreendimento

Detalhes do Projeto Novo Recife aprovado pelo CDU

101,7 mil	metros quadrados é a área onde será implantado o projeto
1,3 km	é a extensão do terreno
10	edifícios residenciais (1042 unidades habitacionais)
1	empresarial
1	edifício misto (empresarial e flat)
1	hotel (com 300 leitos)
1	centro de convenções
60 mil	metros quadrados destinados a áreas públicas
10.600	metros quadrados de área destinada para uso misto de comércio e serviços
1,8 km	de cicloviás em todo o terreno
62 milhões	de reais em ações edificatórias

Com a mudança do projeto, os edifícios terão uso misto (residencial e comercial), não haverá mais murais isolando as edificações e serão construídos um parque, praças, vias, calçadas e equipamentos urbanos.

Atualização completa do projeto arquitetônico no www.novo-recife.com.br/portal/pt-br



CAIS DO APOLO Reunião aconteceu na sede da Prefeitura do Recife durante a manhã de ontem